

Em cumprimento do previsto no artigo 10º da Lei nº 26/2016, de 22.8, no artigo 12º do Decreto-Lei nº 109-E/2021, de 9.12 e no artigo 44º do Decreto-Lei 133/2013, de 3.10

| Lei n.º 26/2016, de 22/8   |     |     |     |   |
|--|-----|-----|-----|---|
| Regime de Acesso à Informação Administrativa e Ambiental e de Reutilização dos Documentos Administrativos  |     |     |     |   |
| Art. 10.º, nº 1, alínea c) - Divulgação ativa de informação  |     |     |     | Informação a prestar  |
| O IGCP publica:  | Sim | Não | N/A |   |
| i) Planos de atividades, orçamentos, relatórios de atividades e contas, balanço social e outros instrumentos de gestão similares   | ✓   |     |     | <a href="#">Plano de Atividades e Orçamento</a>   |
|  | ✓   |     |     | <a href="#">Relatório de Atividades e Contas</a>  |
|  | ✓   |     |     | <a href="#">Balanço social</a>  |
|  | ✓   |     |     | <a href="#">Orientações para a Gestão da Dívida direta do Estado e a Gestão das Disponibilidades de Tesouraria do Estado</a>          |
|  | ✓   |     |     | <a href="#">Plano Estratégico</a>   |
| ii) Composição dos seus órgãos de direção e fiscalização, organograma ou outro modelo de orgânica interna  | ✓   |     |     | <a href="#">Criação da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E., e aprovação dos respetivos estatutos</a> |
|  | ✓   |     |     | <a href="#">Estatutos</a>   |
|  | ✓   |     |     | <a href="#">Organização, Órgãos de Direção e Fiscalização</a>   |
| iii) Todos os documentos, designadamente despachos normativos internos, circulares e orientações, que comportem enquadramento estratégico da atividade administrativa  | ✓   |     |     | <a href="#">Criação do IGCP e respetivos estatutos</a>  |
|  | ✓   |     |     | <a href="#">Legislação   IGCP</a>   |
|  | ✓   |     |     | <a href="#">Regime geral de emissão e gestão da dívida pública</a>  |
|  | ✓   |     |     | <a href="#">Orientações para a Gestão da Dívida direta do Estado e a Gestão das Disponibilidades de Tesouraria do Estado</a>          |
|  | ✓   |     |     | <a href="#">Fiscalização</a>  |
| iv) A enunciação de todos os documentos que comportem interpretação generalizadora de direito positivo ou descrição genérica de procedimento administrativo, mencionando designadamente o seu título, matéria, data, origem e local onde podem ser consultados |     |     | -   | Nada a publicar   |
| Art. 11.º - Divulgação ativa de informação relativa ao ambiente  |     |     |     | Informação a prestar  |
| O IGCP publica:  | Sim | Não | N/A |   |
| a) Textos de tratados, convenções ou acordos internacionais e da legislação nacional e europeia sobre ambiente ou com ele relacionada  |     |     | ✓   | Não aplicável ao IGCP   |
| b) Políticas, planos e programas relativos ao ambiente   |     |     | ✓   | Não aplicável ao IGCP   |
| c) Relatórios sobre a execução dos instrumentos referidos nas alíneas anteriores   |     |     | ✓   | Não aplicável ao IGCP   |
| d) Um relatório nacional sobre o estado do ambiente, nos termos do número seguinte   |     |     | ✓   | Não aplicável ao IGCP   |
| e) Dados ou resumos dos dados resultantes do controlo das atividades que afetam ou podem afetar o ambiente   |     |     | ✓   | Não aplicável ao IGCP   |
| f) Licenças e autorizações com impacto significativo sobre o ambiente, acordos sobre ambiente ou referência ao local onde tais informações podem ser solicitadas ou obtidas  |     |     | ✓   | Não aplicável ao IGCP   |
| g) Estudos de impacte ambiental e avaliações de risco relativas a elementos ambientais mencionados na subalínea i) da alínea e) do n.º 1 do artigo 3.º, ou referência ao local onde tais informações podem ser solicitadas ou obtidas                          |     |     | ✓   | Não aplicável ao IGCP   |